



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIAS E
CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUCAS FIRMINO GONÇALVES

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA
DESIGUALDADE SOCIAL DE FORTALEZA

FORTALEZA
2022

LUCAS FIRMINO GONÇALVES

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA
DESIGUALDADE SOCIAL DE FORTALEZA

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo – FEAACS como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Sylvio
Antonio Kappes

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- G626a Gonçalves, Lucas Firmino.
 Análise da evolução do ensino fundamental na desigualdade social de Fortaleza / Lucas Firmino
 Gonçalves. – 2022.
 43 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,
 Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Administração, Fortaleza, 2022.
 Orientação: Prof. Dr. Sílvia Antonio Kappes.
1. Educação. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Desigualdade Social. I. Título.

CDD 658

LUCAS FIRMINO GONÇALVES

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NA
DESIGUALDADE SOCIAL DE FORTALEZA

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária, Contabilidade
e Secretariado Executivo – FEAACS como
requisito para a obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sylvio Antonio Kappes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Marcelo de Castro Callado
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José de Jesus Souza Lemos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus, aos meus pais e aos meus queridos
irmãos que sempre me apoiaram nessa jornada.
Obrigado por estarem ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos da minha vida.

Aos meus amados pais Aislan e Francisco José que sempre me apoiaram nos meus sonhos e objetivos, que serviram de força para continuar e nunca desistir.

Aos meus irmãos Mateus e João Marcos, por serem os amigos que sempre posso confiar e contar.

À minha querida tia/madrinha Keyla por todo o apoio no início, meio e fim da minha jornada como estudante universitário.

Às minhas amadas avós Maria Valda e Elzenira (in memoriam), por todo o amor e ensinamentos que me deram na vida.

Ao meu orientador Sylvio Antonio Kappes, por acreditar em mim e por aceitar a entrar nesse projeto. Obrigado por toda a ajuda e incentivo durante a realização desse trabalho.

Aos meus queridos amigos, por fazerem que todo o período da graduação se tornasse mais leve e divertido, obrigado por todo o apoio acadêmico e pelas risadas.

À minha família, por serem incríveis.

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar a evolução do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais na desigualdade social de Fortaleza. Como base para o trabalho, se utiliza a Teoria do Capital Humano, a qual afirma que a qualificação em educação é fundamental para o desenvolvimento e crescimento de uma região. O trabalho utiliza uma análise quantitativa dos dados disponibilizados pelo Inep e pela Prefeitura de Fortaleza. Com os resultados obtidos, é visto que apesar de existirem escolas localizadas em bairros com um nível de IDH-B inferior, ainda assim elas possuíam uma nota alta no Ideb-2019. Porém, o contrário não foi recíproco, à medida que bairros com IDH-B mais alto são selecionados, as notas de suas escolas tendiam a ser melhores na média se comparadas com as escolas dos bairros menos desenvolvidos.

Palavras-chave: Educação, Ensino Fundamental, Fortaleza, Desigualdade social, Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

This research analyzes the evolution of Elementary Education in Public Schools in the social inequality of Fortaleza. As a basis for the work, the Theory of Human Capital is used, which states that qualification in education is fundamental for the development and growth of a region. The work uses a detailed analysis of the data provided by Inep and the City Hall of Fortaleza. With the results obtained, it is seen that there are schools located in neighborhoods with a lower HDI-B level, yet they had a high score in Ideb-2019. However, the reverse is not reciprocal, but neighborhoods with I, least of their schools, tend to be higher as neighborhood schools as fewer of their schools tend to be better as neighborhood schools as being the least developed as schools.

Keywords: Education, Elementary School, Fortaleza, Social Inequality, Economic Development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Nota e meta do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas municipais do Brasil.....	22
Gráfico 2: Nota e meta do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas municipais e particulares do Brasil.....	23
Gráfico 3: Nota e meta do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental da rede estadual do Ceará.....	26
Gráfico 4: Nota e meta do Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede estadual e da rede particular do Ceará.....	27
Gráfico 5: Nota e meta do Ideb dos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede estadual e da rede particular do Ceará.....	27
Gráfico 6: Nota e meta do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de Fortaleza, nota média dos mesmos anos do Ceará e do Brasil.....	32
Gráfico 7: Nota e meta do Ideb dos anos finais do ensino fundamental da rede municipal de Fortaleza, nota média dos mesmos anos do Brasil.....	32

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Nota média dos bairros, de Fortaleza, com escolas que participaram do IDEB 2019 – Anos iniciais do Ensino Fundamental.....	33
Figura 2: Nota média dos bairros, de Fortaleza, com escolas que participaram do IDEB 2019 – Anos finais do Ensino Fundamental.....	34
Figura 3: IDH dos bairros de Fortaleza.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ranking dos 5 bairros com IDH-B mais alto e suas respectivas nota no IDEB-2019 – Anos Iniciais.....	35
Tabela 2: Ranking dos 5 bairros com IDH-B mais baixo e suas respectivas nota no IDEB-2019 – Anos Inicias.....	36
Tabela 3: Ranking dos 5 bairros com IDH-B mais alto e suas respectivas nota no IDEB-2019 – Anos Finais.....	36
Tabela 4: Ranking dos 5 bairros com IDH-B mais baixo e suas respectivas nota no IDEB-2019 – Anos Finais.....	37

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice I: Nomes dos bairros com o seu numeral de identificação.....	43
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Educação e Crescimento.....	15
2.2 Contexto do Brasil.....	17
2.3 Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB.....	21
2.4 Contexto do Ceará.....	24
2.5 Município de Fortaleza.....	28
3 METODOLOGIA.....	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	31
5 CONCLUSÕES.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
APÊNDICE.....	43

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a importância de uma boa educação fundamental e como a desigualdade social impacta no desempenho escolar dos alunos. Uma educação de qualidade acaba tendo impacto direto no desenvolvimento econômico de uma nação (Heckman, 2006).

Utilizando como base os índices do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), durante o processo desse trabalho busca-se responder à seguinte questão: Os alunos do ensino fundamental de bairros mais carentes possuem notas do Ideb menores do que os alunos de bairros mais desenvolvidos devido a fatores socioeconômicos?

Como afirma Fonseca (2006, p. 8), “A educação seguramente é o elemento central do desenvolvimento de uma sociedade, e sua importância transcende os aspectos puramente econômicos”. Ou seja, se querem em um futuro próximo construir uma grande sociedade desenvolvida possuindo os melhores índices educacionais do mundo, deve-se começar pela base. Principalmente na educação fundamental, onde as escolas públicas municipais não possuem qualidade desejada no ensino.

Sen (2003) afirma que pessoas que possuem uma educação defasada acabam possuindo menos oportunidades políticas, dessa forma, como essas pessoas não tem conhecimento do poder político que possuem em mãos, elas acabam aceitando o mínimo possível de políticas públicas. A educação é um caminho até a liberdade, quando essa liberdade é alcançada, o desenvolvimento econômico acontece.

Seguindo a intenção de Freire (1960) sobre o seu modelo educacional, onde a educação é pensada em três amplos objetivos: i) ampliar o acesso e a permanência da população na escola; ii) democratização do poder pedagógico; iii) o alcance da qualidade na educação; iremos perceber ao longo desse trabalho que a atual e grande dificuldade do município de Fortaleza é na questão do alcance da qualidade na educação pública municipal. O que acaba sendo um reflexo geral dos municípios brasileiros.

O Estado do Ceará, diferente dos estados Norte/Nordeste, acaba possuindo posição de destaque na educação. Nas cidades mais desenvolvidas, como Fortaleza, ela consegue ter uma média escolar bem acima do estado e até mesmo das regiões Norte/Nordeste. Ainda assim, será visto nas próximas seções como a desigualdade social e a falta de um ensino de qualidade nas escolas públicas municipais de Fortaleza continuam afetando o aprendizado.

Além desta introdução, o trabalho terá a seguinte estrutura: a segunda seção abordará a revisão bibliográfica sobre os trabalhos já realizados sobre educação tanto no Brasil, como no

Ceará e em Fortaleza. Em seguida, será apresentada a fonte dos dados e a metodologia aplicada. A quarta seção do trabalho irá mostrar os resultados alcançados e suas interpretações. Por fim, será feita as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação e Crescimento

De acordo com Schultz (1963), os gastos em educação são uma espécie de investimento que se assemelha ao investimento em capital físico. Com o aumento no investimento em capital humano por meio da educação formal, é possível perceber habilidades cognitivas surgindo e uma mão-de-obra mais qualificada.

Ainda segundo Schultz (1973, p. 31):

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que se têm desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença.

Diante do exposto, o investimento em capital humano traz retornos de médio e longo prazo significativos para uma sociedade. No caso aqui, o investimento em capital humano para uma corporação/instituição se assemelha ao investimento na educação de base das crianças e jovens que formam essa sociedade. Como Schultz (1973) afirma, o investimento em capital humano pode ser o que mais traz retornos em longo prazo para uma sociedade no geral.

A educação acaba sendo um investimento que gera frutos no futuro. Ou seja, pessoas com níveis educacionais mais elevados tendem a ter uma maior produtividade individual. Além de que quanto maior o estoque de capital humano, maior será a sua produtividade marginal e o seu valor no mercado de trabalho (BECKER 1964; MINCER 1974).

Em regiões onde há uma escolaridade formal baixa, é possível ter resultados mais significativos através da expansão da rede escolar e com o aumento da qualidade do ensino básico. Em países que o ensino é mais estruturado, os investimentos educacionais acabam proporcionando maiores retornos.

Para Côrrea e Castro (2000, p.203), a desigualdade acaba sendo um problema relacionado à falta de educação:

Embora a desigualdade associada à educação seja considerada como decorrência de outros fatores geradores de desigualdade, como a renda e o desenvolvimento econômico regional, a educação tem uma função relevante no aumento da desigualdade, na sua reprodução e perpetuação.

Com base no artigo de Alves; Soares e Xavier (2016) são visto que diferenças pelo desempenho nas escolas são grandes e possuem certo impacto, mas as diferenças causadas pelo o nível socioeconômico é ainda mais evidente. Com isso, o que causa uma maior diferenciação entre o nível de ensino e a capacidade do estudante de se desenvolver durante os anos escolares, é o seu nível socioeconômico. Além disso, existe a questão da diferenciação da qualidade do ensino entre municípios, em que há municípios com uma educação mais elevada e municípios que oferecem uma educação sem tanta qualidade.

Nos anos 60, foi produzido um relatório que analisava a distribuição diferencial das oportunidades educacionais nos Estados Unidos sob a supervisão de Coleman (2008), nele afirmava que os fatores socioeconômicos dos alunos eram os principais responsáveis, dentre as variáveis, pelo o nível de desempenho do estudante e, devido a isso, as escolas acabavam não tendo tanto impacto social como “equalizadora de oportunidades”. Por meio desse estudo, os alunos mais pobres tinham menos chances de um desempenho escolar satisfatório do que os alunos que possuem uma boa situação socioeconômica.

Segundo Barbosa e Lemos (2019), no seu trabalho desenvolvido no Brasil, a produtividade é diretamente atingida pelas instabilidades ou heterogeneidades que ocorram no capital humano. A diferenciação de capital humano atinge tanto a escolaridade quanto a saúde preventiva da população.

Baseado no modelo de Lucas (1998), o investimento em capital humano, através de uma política econômica, proporciona um aumento contínuo da taxa de crescimento da renda. Independentemente se o acúmulo de conhecimento seja pela educação formal ou pelo aprendizado através da prática profissional. Segundo o seu modelo, caso a população decida não investir em capital humano (qualificação), não haveria acumulação de capital. Agora, se o investimento em capital humano fosse o máximo possível, a taxa de crescimento do estoque de capital humano seria máxima, o que resultaria em um aumento da renda. Dessa forma, pelo modelo de Lucas, pode-se entender que a educação é importante tanto para o desenvolvimento de uma nação como um todo, quanto para ganhos pessoais do indivíduo.

Para Myrdal (1968), parte dos problemas relacionados ao crescimento econômico dos países subdesenvolvidos está ligada a questão das desigualdades regionais dentro do país. Essas desigualdades acabam se tornando empecilhos que afetam o desenvolvimento do país. O autor ainda afirma que essas desigualdades acabam ocasionando um atraso econômico no país. Por exemplo, se o país está com baixos níveis de educação em uma região, ele acaba não tendo força competitiva para se desenvolver caso aconteça uma política expansionista.

De acordo com Myrdal (1968), a falta de desenvolvimento econômico de um país, causada pela ausência de propulsores internos (uma educação desenvolvida, poder de escala, competitividade em algum setor, etc) acaba sendo tanto a consequência como a causa do baixo nível de desenvolvimento. O autor afirma que a melhor forma de começar o desenvolvimento de um país é através da criação de escolas e universidades, que formarão cientistas e pesquisadores.

No trabalho sobre os indicadores educacionais do Brasil desenvolvido por Pontili e Lima (2015) a respeito da causalção circular cumulativa de Myrdal (1968), demonstraram que existe um processo de causalção circular entre mães e filhos. Que tanto pode ser positivo, quando a mãe possui altos níveis de escolaridade isso acaba impactando de forma positiva na formação da criança; quanto negativo, quando, por exemplo, ocorre o contrário, no caso, a mãe possui um baixo nível de escolaridade, por ela não possuir tal conhecimento formal, ela não acredita na importância da educação. Esse acontecimento acaba ocorrendo nas mais diversas gerações e camadas sociais. Ainda segundo os autores, esse ciclo só pode ser rompido através de políticas públicas que teriam como foco a divulgação da importância da educação formal.

De acordo com Pontili e Lima (2015), o fenômeno da causalção circular cumulativa também acontece no cenário macroeconômico, quando o Brasil é selecionado e dividido por regiões, consegue-se observar que as regiões com um baixo nível de escolaridade acabam se desenvolvendo muito menos se comparada com as regiões que possuem um nível mais alto de escolaridade. Essas regiões com um nível mais alto acabam possuindo capacidade técnica para uma política expansionista, o que além de desenvolver economicamente e socialmente a região com maior nível de escolaridade, acabaria aumentando ainda mais a desigualdade entre regiões.

2.2 Contexto do Brasil

Na própria Carta Magna, no inciso VII do Art. 206, o padrão de qualidade é garantido como um dos princípios. Um sistema educacional de qualidade acaba se tornando um objetivo a ser alcançado dos países que desejam um crescimento e um desenvolvimento econômico.

Somente em 1948 que surgiu o primeiro debate sobre a Lei de Diretrizes Básicas; após alguns anos, durante o governo de João Goulart, a Lei de Diretrizes e Bases de Educação foi implementada.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB) que entrou em vigor em 2007 acabou substituindo o

antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que funcionou de 1998 a 2006. O aporte de recursos do fundo corresponde a 10% da contribuição total dos estados e municípios do país. Todo esse recurso é redistribuído para os estados e municípios novamente, as escolas/municípios que possuem mais alunos matriculados na sua rede de educação básica acabam recebendo verbas maiores, pois o recurso é proporcional ao número de estudantes matriculados. Com o fundo, os municípios e estados conseguem ter uma garantia e segurança de que podem investir cada vez mais na educação, expandindo assim as suas matrículas escolares e outros fatores. Os municípios ficam responsáveis pela educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Enquanto os estados ficam responsáveis pelos anos finais do ensino fundamental e todo o ensino médio.

Consta na Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que o Estado deve oferecer uma educação de qualidade, o artigo 4º determina que:

“O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

Pré-escola;

Ensino fundamental;

Ensino médio;

II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas de educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos com a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (LEI 9394/96, artigo 4º).

Para Dourado (2018), o processo sobre o Sistema Nacional de Educação ganhou ainda mais força com a aprovação e a sanção do PNE 2014/2014. Nesse PNE (Plano Nacional de Educação), há vários dispositivos, metas e estratégias que vão atuar no desenvolvimento de políticas educacionais. Na busca por mais porcentagem financeira do fundo público de educação, ocorre à disputa entre as instituições públicas e privadas, para o que o processo aja de forma democrática em busca de haver um Sistema Nacional de Educação (SNE) democrático, é importante que o Plano Nacional de Educação esteja no foco das políticas de Estado para a educação.

Não se pode atrelar a questão da educação apenas à disponibilidade e ao amplo acesso, também é importante a qualidade do ensino. A forma de como o ensino é passado e o material de apoio que os estudantes têm acesso é de suma importância para melhorar a qualidade e diminuir a desigualdade social. De acordo com Paz e Raphael (2010), nossa missão agora é oferecer a garantia de um padrão de qualidade mínimo que atenda as necessidades das crianças.

Uma educação de qualidade para um país como o Brasil acaba trazendo muitos benefícios, além dos sociais. Como Barbosa Filho e Pessoa (2009) afirmam, existem evidências empíricas entre a relação do grau de escolaridade e a renda de uma pessoa. O retorno educacional que a população brasileira possui investindo em educação é superior aos 10% ao ano. Para efeito de comparação, os E.U.A possuem um retorno de “apenas” 8%. Como os mesmos autores afirmam, o investimento em educação causa impacto direto na redução da desigualdade no país.

De acordo com Silva Júnior e Sampaio (2010), a educação tem relação direta com o grau de pobreza e o nível de renda entre a população do país. Eles acreditam que há cinco determinantes que impactam na escolha da pessoa no momento de escolher a educação da criança: a renda familiar, as habilidades, o ambiente familiar, a qualidade da escola e o retorno que se espera receber da educação da criança.

Um dos problemas dos investimentos em educação é que seus resultados só conseguem ser vistos no médio e longo prazo. Para Machado (1998), a dívida da falta da

educação é o principal responsável pelo o desenvolvimento tardio, aumento da marginalização e os elevados índices de pobreza.

No trabalho desenvolvido por Filho e Oliveira (2014) foi observado que no período de 1992-2009, a população mais pobre começou a dedicar mais tempo à formação de capital humano. Devido a isso, é possível perceber que houve uma queda da desigualdade a partir de 1999. Mesmo a desigualdade educacional ainda sendo alta entre as famílias, é possível perceber que o nível de escolaridade da população mais pobre vem crescendo acima do nível de crescimento dos mais ricos. Essa diferenciação acabou contribuindo diretamente para a queda da desigualdade no mercado de trabalho e na renda per capita das famílias.

Ainda segundo aos autores Filho e Oliveira (2014):

Ao olharmos para o mercado de trabalho, mais de 40% da redução do índice de Gini, entre 2001 e 2009, é explicada pela educação. No caso da renda familiar per capita, cerca de um quarto (26%) dessa mesma variação pode ser atribuído à educação.

Segundo Simões (2020), na sua pesquisa, algumas crianças que apresentavam vulnerabilidade social, acabava desenvolvendo insegurança e uma baixa autoestima, o que acabava afetando o seu desenvolvimento e perdendo o interesse pelo ambiente escolar. Para que essas crianças tenham um maior aproveitamento estudantil, é preciso que aja uma política educacional que seja intensificada no combate às discriminações e que ofereça condições de vida digna para as crianças.

De acordo com Ferreira e Marturano (2002), as famílias mais carentes acabam impactando negativamente no aprendizado da criança, visto que a falta de compreensão dos pais sobre a importância educacional, as dificuldades econômicas, as drogas e a criminalidade inseridas no ambiente próximo da moradia, entre outros, acabam se tornando um risco para o desempenho escolar.

Segundo os autores citados acima, eles afirmam (2002, p.39) que:

Crianças provenientes de famílias que vivem com dificuldades econômicas e habitam em comunidades vulneráveis, tendem a apresentar mais problemas de desempenho escolar e de comportamento.

Segundo Vygotski (1989), há uma relação direta entre desenvolvimento humano e ambiente. Desse modo, através dos estudos do autor, as crianças que acabam crescendo e se desenvolvendo em ambientes que não são muito favoráveis à aprendizagem, que estão expostas às práticas violentas em família, com pouco ou nenhum estímulo educacional por parte dos pais, possuem uma maior probabilidade de ter o seu desenvolvimento prejudicado, além de serem mais fáceis de serem influenciadas de modo negativo para a criminalidade.

Como Sopena (2000, p. 34) fala:

Desde o nascimento até a morte, o homem sofre influências das pessoas, da sociedade, do mundo, e reage a estas influências de acordo com as raízes que lhe foram impressas, ao longo de sua existência, pelas suas vivências e sentimentos.

As crianças acabam apresentando na escola, os comportamentos que aprendem em casa. Se essa mesma criança acaba não tendo um bom exemplo em casa, ela vai acabar agindo conforme foi “ensinada” dentro de casa.

Para Vygotski (1989), em relação à aprendizagem da criança, ela começa antes mesmo do período escolar, ou seja, começa dentro de casa, a criança acaba sendo um reflexo do ambiente em que está inserida.

2.3 Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB

Através do Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007, em seu art. 3º, foi estabelecido que a qualidade da educação básica seja medida e controlada de forma objetiva através do IDEB, sendo que o INEP ficaria responsável pelo o cálculo e a divulgação do mesmo. Através do portal do Ideb, que fica dentro do INEP, é possível analisar o desempenho do Estado, do município e até mesmo de uma escola específica, dá para saber as notas da escola do momento que ela começou a participar do IDEB até o momento atual. Há outros inúmeros dados dentro do portal, como formação do corpo docente, a infraestrutura da escola, entre outros.

A nota do Ideb varia de zero a dez. O Ideb é calculado através da taxa de aprovação do aluno e a média de desempenho na prova aplicada pelo o Inep. A taxa de aprovação é realizada anualmente através do Censo Escolar. A média de desempenho das provas é obtida através do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), ele é realizado a cada dois anos.

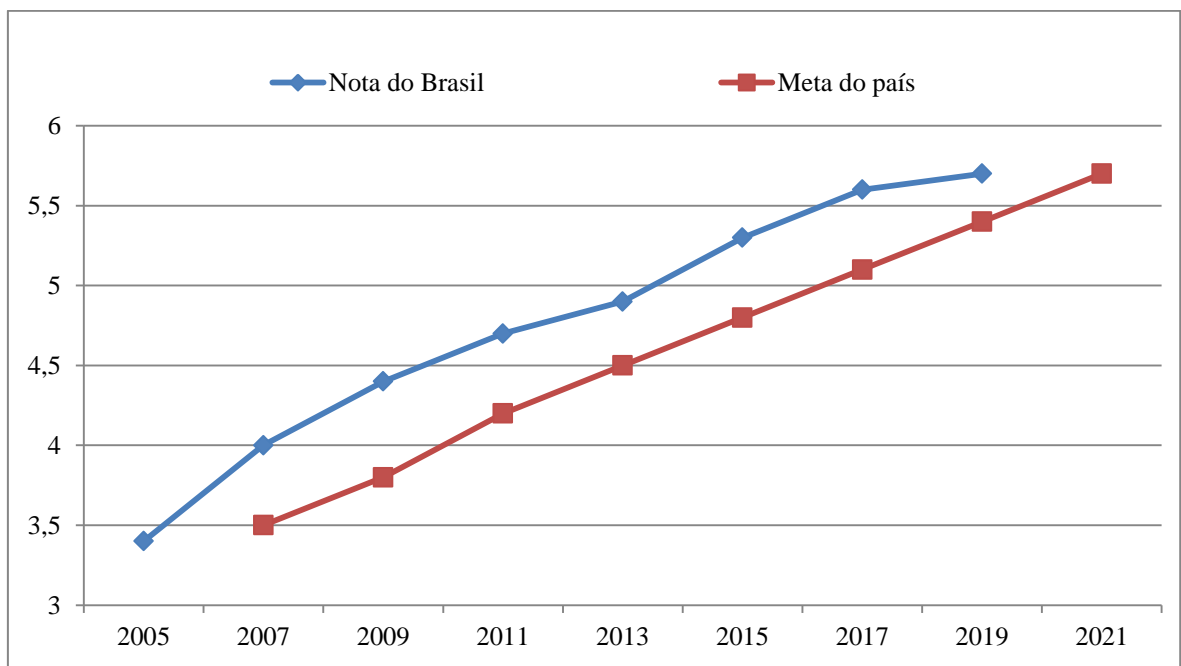
O Ideb é um mecanismo de pesquisa para a qualidade da educação brasileira. Ele possui metas que precisam ser alcançadas, as escolas e municípios que alcançam essas metas acabam recebendo “premiações” pelo o seu desempenho. Para o Brasil, a meta é que alcance a nota 6 nos anos iniciais do Ensino Fundamental, até 2022. Essa nota equivale a média dos alunos dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com o objetivo de diminuir ainda mais a desigualdade social e escolar, as escolas que possuem notas muito abaixo da meta acabam recebendo mais esforços e verbas, para que assim consigam se destacar mais rápido.

Dessa forma, Fernandes e Gremaud (2009) afirmam que essa meta (nota seis) gira em torno da média das metas individuais para cada escola. Com a meta a ser alcançada, as escolas e os entes que a formam conseguem ter um maior comprometimento com o objetivo.

De acordo com Jannuzzi e Rezende (2008), mesmo a qualidade de uma educação sendo importante, ela só foi considerada relevante para o país nos anos 2000, quando foi incluída formalmente na agenda do governo federal.

No Gráfico 1, podemos ver a evolução das escolas municipais do Brasil, baseado nas notas do Ideb em relação aos anos iniciais do ensino fundamental. O gráfico vai de 2005 com a respectiva nota e meta, até a meta a ser alcançada em 2021.

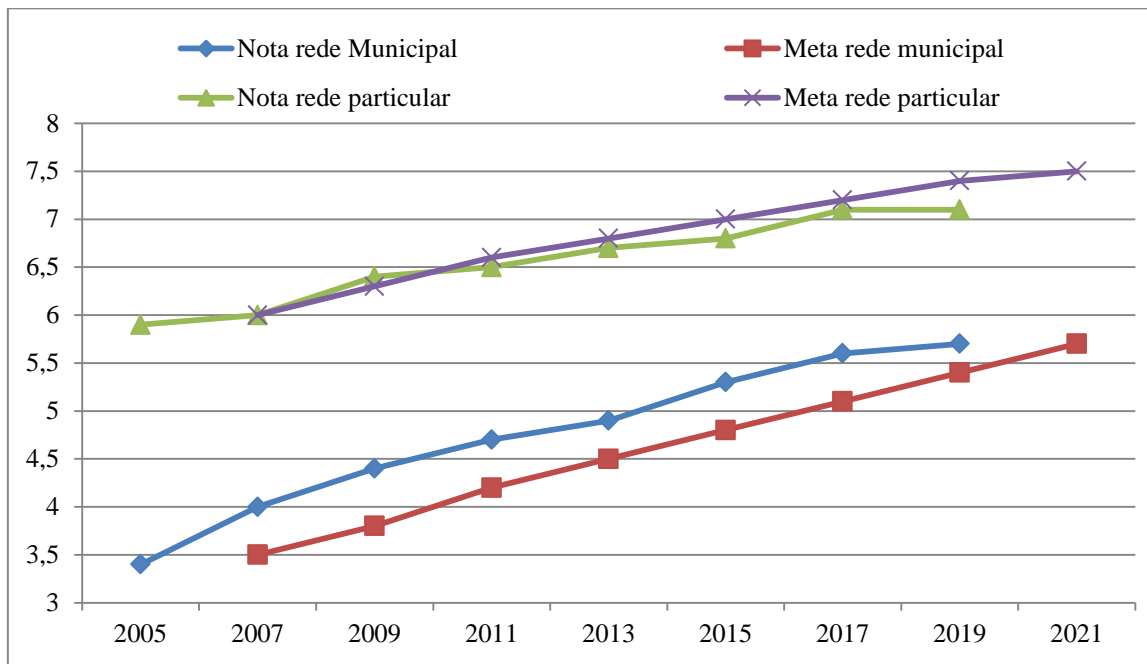
Gráfico 1: Nota e meta do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas municipais do Brasil.



Fonte: Ideb/Inep (2019). Elaborado pelo autor.

Agora, para efeito de comparação, iremos demonstrar o desempenho das escolas municipais com as escolas privadas, durante o mesmo período e o mesmo ano escolar. O Gráfico 2 demonstra a nota e a meta do Ideb das escolas municipais e das escolas privadas do Brasil, com os dados das notas que vão de 2005 até 2019 e com os dados das metas que vão de 2007 a 2021.

Gráfico 2: Nota e meta do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas municipais e particulares do Brasil.



Fonte: Ideb/Inep (2019). Elaborado pelo autor.

Como podemos analisar no Gráfico 2, o desempenho escolar da rede privada é bem superior ao da rede municipal. Há vários fatores que podem contribuir para essa grande disparidade, entre eles podemos citar a questão da infraestrutura e a qualificação/remuneração dos professores da rede privada.

De acordo com Paz e Raphael (2010), mesmo que o Ministério da Educação – MEC, tenha começado a dar uma atenção maior ao atual sistema de avaliação da qualidade da educação básica, a realidade mostra que ainda há uma situação muito precária, tanto na questão da infraestrutura, quanto nos baixos salários dos professores, um ensino de baixa qualidade e taxas elevadas de abandono.

Sabemos que uma educação de qualidade vai muito além de apenas garantir o acesso à escola e à informação. Visto que o objetivo de um modelo educacional eficiente é quando os alunos conseguem aprender o conteúdo ensinado e chegam ao fim da jornada escolar mais capacitado para o mercado de trabalho. Porém, o que é visto no cenário histórico brasileiro é que a preocupação é na questão do maior número de alunos matriculados, dentro das salas de aula. A questão da qualidade do conteúdo, profissionalização dos professores e capacidade de absorção de conteúdo por meio dos alunos acaba ficando de lado. Parte desse problema se deve também ao nosso passado recente, onde menos da metade da população brasileira era

alfabetizada. Atualmente o Brasil conseguiu mudar esse número, porém, ainda está muito longe de alcançar uma educação de qualidade nos padrões dos países desenvolvidos.

2.4 Contexto do Ceará

O Ceará possui dados interessantes se comparado a outros estados do Brasil. Mesmo estando em 14º posição no ranking de IDHM dos estados, o Ceará possui posição de destaque na educação, principalmente nos anos finais do ensino fundamental. Segundo dados disponíveis pela Prova Brasil 2019/INEP; nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas municipais, em português, o Ceará está em 5º colocação, com um desempenho de 64%; já no mesmo ano, em matemática, o estado também está em 5º colocação, mas com um desempenho de 53%. O cenário do ranking do Ceará melhora muito se olharmos os dados dos anos finais do ensino fundamental das escolas municipais: em português o estado se encontra na 2º colocação, com um desempenho de 44%; em matemática o estado também está em 2º colocação, com um desempenho de 25%. Olhando para o principal dado que é o desempenho escolar, é percebido que há uma grande queda na proporção de alunos com desempenho adequado do 5º ano para o 9º ano. Ainda assim, o Ceará acaba sendo referência na educação frente a outros estados, pois mesmo com um IDHM muito abaixo dos dez primeiros, o estado ainda consegue estar nas primeiras colocações no quesito da educação.

Muito desse desempenho escolar se deve às políticas públicas voltadas para a educação que começaram a se desenvolver a partir de 1995 com a reforma educacional feita pelo governador Tasso Jereissati. “Todos pela Educação de Qualidade para todos” era o slogan do seu governo, que teve como foco de gestão a escola. Nesse período houve grandes avanços na educação, dentre esses avanços, podemos citar:

Universalização do acesso de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos ao ensino fundamental (98%); Promoção do acesso de 92% da população de 15 a 17 anos à escola, sendo que 27% no ensino médio no ano de 2000; Redução do índice de abandono escolar no ensino fundamental de 13,2% em 1995 para 10,5% em 1999; Implantação do maior programa de regularização do fluxo escolar de educação básica no Brasil com a metodologia do *Telecurso 2000* (Projeto Tempo de Avançar) atingindo 100.604 no ensino fundamental e 39.983 no ensino médio no ano 2000; Expansão da Educação de Jovens e Adultos, cuja matrícula cresceu 232,69% entre 1996 e 2000; Promoção da inclusão social de crianças com necessidades especiais, através da implantação do atendimento integrado em escolas públicas e regularização das escolas indígenas; Municipalização de 82,9% do ensino fundamental de 1ª a 4ª série e 53,5% de 5ª a 8ª série (ano 2001); Estadualização de 99% da matrícula pública no ensino médio (2001); Democratização da escola pública, com a implantação dos Conselhos Escolares em todas as escolas estaduais e com realização de eleição de diretores em toda a rede estadual de ensino nos anos de 1995 e 1998; Implantação e consolidação de três sistemas de Gestão Escolar: o Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Ceará (SPAECE, 1992), Sistema Integrado de Gestão Educacional (SIGE, 1997) e o Sistema de Acompanhamento Pedagógico (SAP, 1996); Negociação e aprovação do empréstimo de US\$ 90 milhões, específico para o setor educacional,

com o Banco Mundial (Projeto de Qualificação da Educação Básica — PQEB); Descentralização da gestão, planejamento e acompanhamento educacional com a criação dos 21 Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação; Escolarização da merenda em toda a rede estadual; Desenvolvimento de parcerias, como a que foi estabelecida com o Unicef (Censo Educacional Comunitário), com o Pacto de Cooperação (Fórum da Educação) e com o Poder Judiciário (Movimento Justiça na Educação); Concurso Único de Professores organizado pela SEDUC com a parceria de 153 municípios. Pela primeira vez, estado e municípios se unem a fim de fazer um concurso para professores de acordo com os mesmos critérios, com a finalidade de implantar um padrão comum na escolha e contratação de pessoal para o magistério das redes estadual e municipais; Participação na III e IV Bienal Internacional do Livro de Fortaleza (1998 e 2000), com aquisição de acervo para as escolas da rede estadual realizada diretamente pelo Núcleo Gestor da Escola. (NASPOLINI, 2001, p. 172).

Já no período do governador Lúcio Alcântara (2003-2006), a busca foi no desenvolvimento da educação para os jovens e adultos, através do programa Alfabetização e Cidadania. Nesse período, foi criado um dos melhores sistemas de avaliação educacional, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica no Ceará (SPAECE). A aplicação do SPAECE acontece nos anos em que a Prova Brasil não ocorre. O SPAECE juntamente com a Prova Brasil fez com que os alunos das escolas públicas do Ceará fossem avaliados anualmente. Esses dados servem até hoje como forma de medir o desempenho, procurar corrigir e desenvolver as escolas/municípios com menores índices de avaliação.

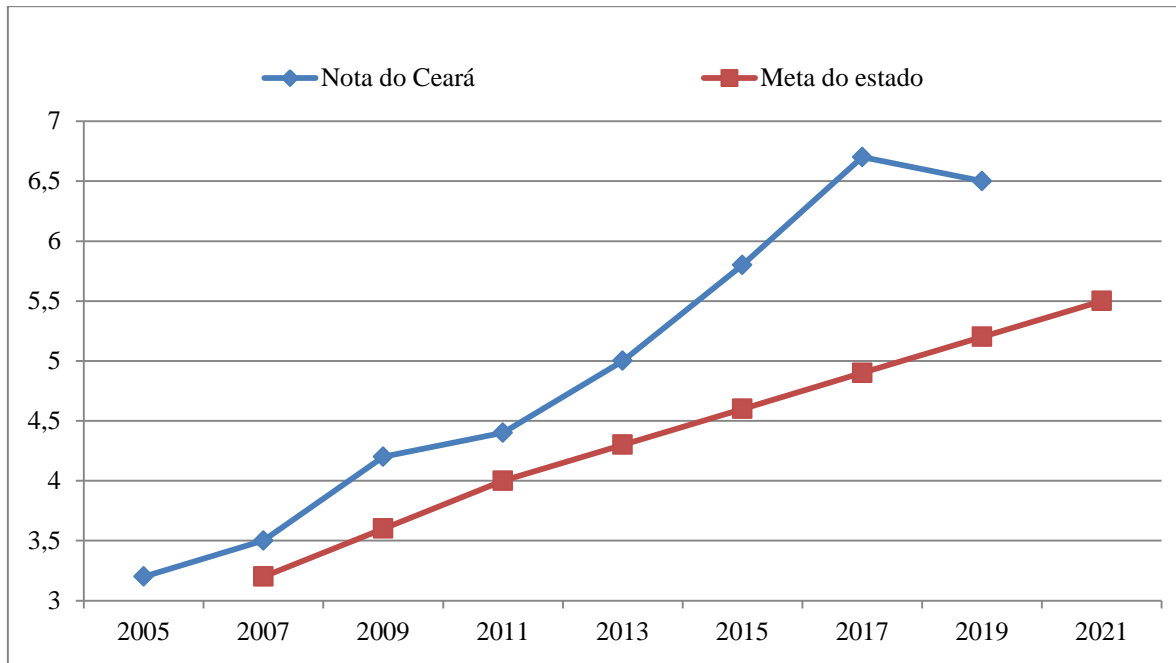
Durante o governo de Cid Gomes (2007-2014), houve uma busca pelo o aumento da qualidade da educação cearense. O governador na época usou a estratégia de premiação, como forma de incentivar o aumento do desempenho, para os alunos, professores, escolas e até mesmo os municípios do Ceará. As premiações eram feitas através dos resultados obtidos do SPAECE. Ou seja, os alunos, professores, escolas e municípios que mais se destacavam no SPAECE acabavam recebendo premiações. No mesmo período, no seu governo foi aprovada a vinculação de transferência dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para os municípios que obtinham os melhores desempenhos em educação. (Portal da Secretária da Casa Civil do Ceará, 2013).

Já no atual mandato do governador Camilo Santana (2015 – 2022), há a busca pelo o aumento dos investimentos na educação infantil, através da construção de vários Centros de Educação Infantil (CEIs) distribuídos nos municípios. Todos os 184 municípios contam com pelo menos um CEI. Cada um tem capacidade para atender até 208 crianças. O foco é na aprendizagem e desenvolvimento de crianças de 0 a 5 anos de idade. A meta do governo é entregar até 257 Centros até o final de 2022.

Com isso, conseguimos ver porque o Ceará consegue ter uma posição de destaque no cenário nacional. Devido às inúmeras políticas públicas que começou desde o governo Tasso Jereissati e à medida que novos gestores foram assumindo a pasta, foram implementadas mais

políticas que só buscaram o desenvolvimento da qualidade do ensino. Porém, não podemos parar agora, precisamos melhorar ainda mais a qualidade e diminuir a grande desigualdade social ainda existente entre as escolas públicas e privadas.

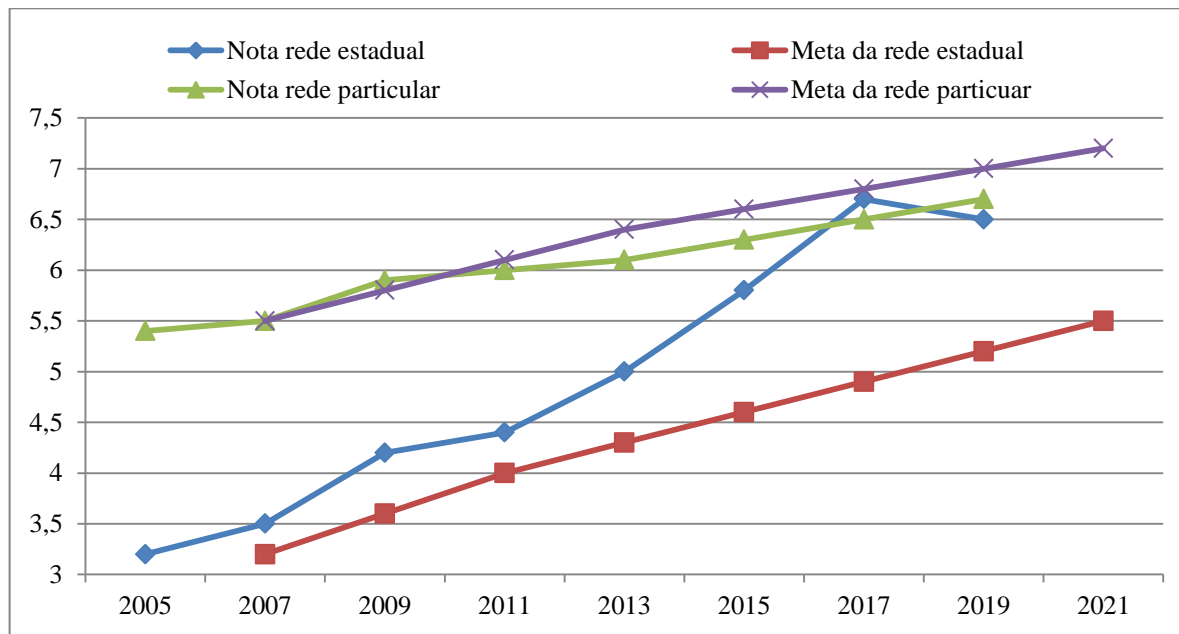
Gráfico 3: Nota e meta do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental da rede estadual do Ceará.



Fonte: Ideb/Inep (2019). Elaborado pelo autor.

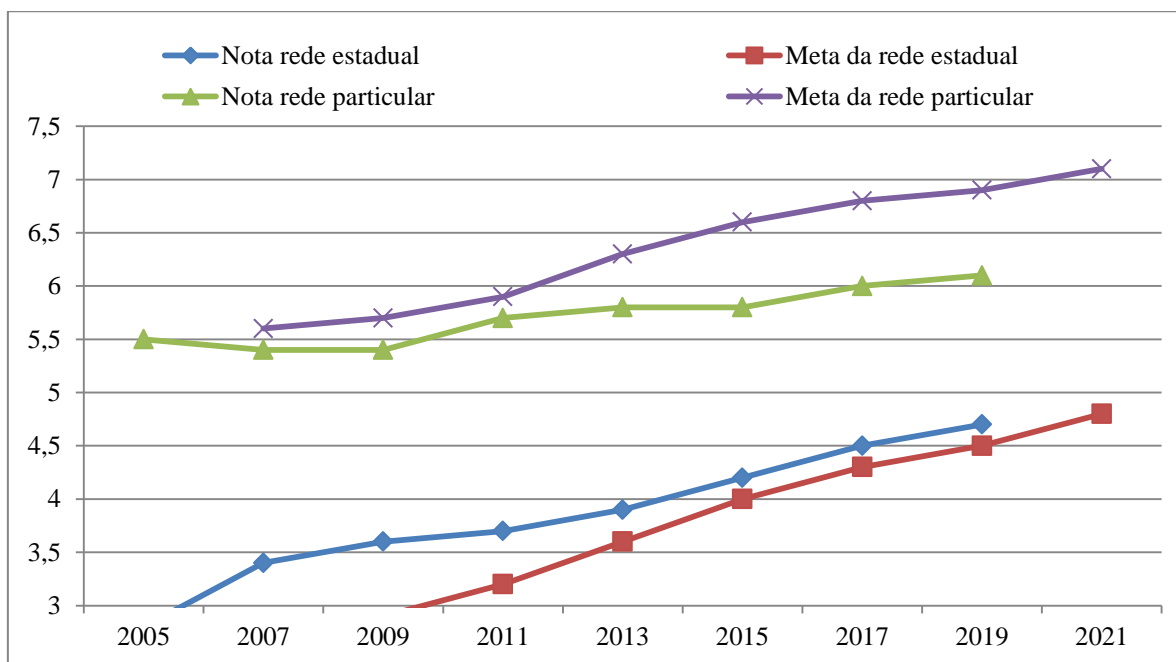
No Gráfico 3, é possível ver como a rede pública estadual consegue se manter bem acima da meta do estado.

Gráfico 4: Nota e meta do Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede estadual e da rede particular do Ceará.



Fonte: Ideb/INEP. Elaborado pelo autor.

Gráfico 5: Nota e meta do Ideb dos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede estadual e da rede particular do Ceará.



Fonte: Ideb/INEP. Elaborado pelo autor.

Com o Gráfico 5, nota-se que há uma discrepância entre as notas médias da rede estadual e da rede particular dos anos finais do ensino fundamental. Nos anos iniciais do

ensino fundamental a diferença não é tão grande, mas quando são observados os anos finais do ensino fundamental, a diferença começa a crescer. A desigualdade das notas continua tanto nos anos finais do ensino fundamental quanto no próprio ensino médio, onde a diferença é ainda mais evidente.

Outro importante fator que contribui para a evolução e melhoria do ensino público do Ceará foi a modificação, em 2007, da Lei de repartição do ICMS. Essa modificação fez com que a educação ganhasse ainda mais importância e que os gestores dos municípios investissem ainda mais nessa área. De acordo com os dados apresentados, foi possível concluir que essa nova forma de repartição do ICMS é capaz de gerar um Equilíbrio Pareto superior, ou seja, a educação seria ainda mais beneficiada com o aumento da qualidade da educação fundamental. (Shirasu, Irfi, Petterini, 2013).

2.5 Município de Fortaleza

Para que os gastos públicos com educação sejam realizados de forma eficiente e sem desperdícios de verba pública, é fundamental que o aumento dos gastos seja feito com qualidade. Pois dessa forma os custos com a educação terão a eficácia nas diversas etapas de ensino, com o objetivo de que o desempenho escolar dos alunos possa acontecer (DANTAS; SANTANA; SOUZA, 2018).

Segundo levantamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Fortaleza conseguiu reduzir as desigualdades na infância e adolescência entre 2016 e 2019.

A capital cearense dobrou o número de creches, com aumento de 110%. Chegamos ao número de 26 escolas de tempo integral, abrigando cerca de metade dos estudantes nessa modalidade. O programa Juventude Sem Fronteiras foi um marco, tanto que fizemos um Projeto de Indicação ampliando para o âmbito estadual e o Governo do Ceará criou o 'Estudar Fora', com proposta semelhante, permitindo que os alunos do ensino público tenham a oportunidade de fazer intercâmbio com o devido acompanhamento técnico (QUEIROZ, 2020).

Em 2019, a capital cearense ganhou ainda mais destaque no ranking de capitais, ficando em 5º lugar. O município ultrapassou a meta de 5,2 nos anos iniciais do Ensino Fundamental por 93,5% das 191 escolas municipais avaliadas. Em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, a cidade atingiu nota 5,2 ultrapassando até mesmo a média nacional de 4,6. Em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, Fortaleza está em 4º lugar no ranking de capitais do país (Portal da Secretaria de Educação de Fortaleza, 2020).

Como afirmam Andere e Araújo (2008), para que uma cidade cresça e se desenvolva, é importante analisar a educação e a qualidade do ensino da sua base. Pois dessa forma conseguimos contribuir com uma série de mudanças para que o progresso da sociedade aconteça.

Em relação à rede escolar de Ensino Fundamental, a capital cearense possui 142.630 alunos, distribuídos em 289 escolas que vão do 1º ao 9º do Ensino Fundamental. (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2020).

O prefeito Roberto Cláudio, como forma de incentivar ainda mais o desempenho da qualidade escolar, criou juntamente com todos os envolvidos da Secretaria Municipal de Educação (SME) o “Prêmio Escola com Excelência em Desempenho” (Pemed), na época em 2015 apenas 32 escolas foram premiadas, alcançando os índices desejáveis, o gasto total com premiação foi de R\$550.000,00. Agora, o Pemed 2020 premiou cerca de 167 escolas, com um investimento de 3 milhões e 660 mil pelo o desempenho escolar resultante do Sistema de Avaliação Permanente da Educação Básica do Estado do Ceará (Spaece), quanto no Spaece-Alfa em 2019. (Fortaleza, 2020).

De acordo com Silva (2014), o orçamento participativo que começou a ser usado em Fortaleza, fez com que a educação do município se desenvolvesse ainda mais. O Fluxo Escolar teve um grande aumento, principalmente na faixa de 5 a 6 anos. De acordo com a avaliação do autor, o orçamento participativo colaborou para o desenvolvimento da educação no município.

3. METODOLOGIA

O trabalho foi formado através de pesquisas bibliográficas, sendo que as áreas de estudo se concentraram principalmente em livros sobre teoria do desenvolvimento econômico, desigualdade e sobre a história da educação tanto do Brasil, como do Ceará e do município de Fortaleza. Também foram usados inúmeros artigos e materiais disponibilizados na internet. A pesquisa usou o método quantitativo nos dados disponibilizados tanto pelo o Ideb/Inep 2019, como dados da própria Prefeitura Municipal de Fortaleza. Com os dados, buscou-se encontrar se há relação entre o baixo desempenho das escolas municipais dos bairros com o nível socioeconômico da população que reside no bairro.

A pesquisa está limitada ao município de Fortaleza-CE, pertencente à região Nordeste do Brasil. A pesquisa contará com um total de 242 escolas municipais. Foi analisada tanto a nota média dos anos iniciais do Ensino Fundamental quanto à nota média dos anos finais do Ensino Fundamental das escolas.

Esse trabalho foi realizado da seguinte maneira: Foram selecionadas todas as notas médias das escolas que participaram do IDEB 2019. Depois identificados os bairros em que as escolas se encontram e o IDH-B de cada bairro, medida essa disponibilizado pela Prefeitura de Fortaleza.

A relação com o IDH-B buscada aqui é devido à premissa que em bairros que possuem um IDH-B mais baixo, os jovens tendem a entrar no mercado de trabalho mais cedo, seja formalmente ou informalmente, em busca de uma renda extra para ajudar nas despesas dentro de casa. O que acaba afetando o aprendizado escolar.

Em seguida, será selecionado o mapa territorial de divisão de bairros de Fortaleza e mapeado as escolas. Serão feitos dois mapas. O primeiro será referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental e o segundo aos anos finais do Ensino Fundamental. Fortaleza conta com 289 escolas, mas somente 242 escolas participaram do IDEB 2019, independente da modalidade: somente anos iniciais ou somente anos finais ou as duas.

As referencias teóricas que foram usadas servirão de base para o andamento desse trabalho. Foi realizada uma análise comparativa de dados socioeconômicos, sociais e educacionais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

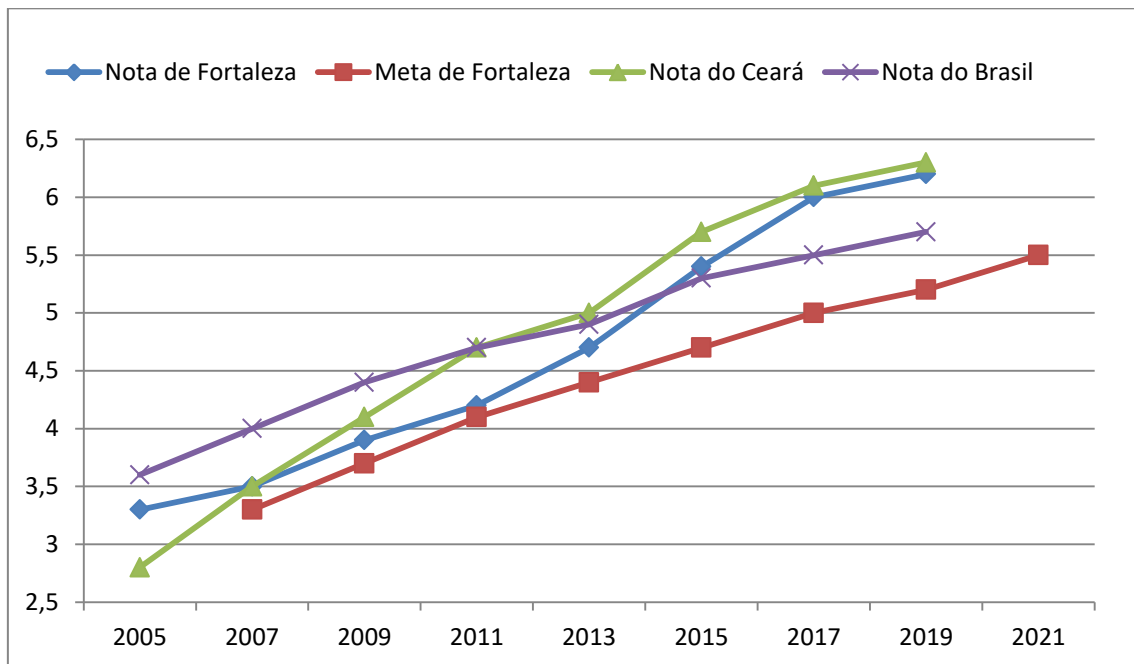
Foram utilizadas as métricas de base do movimento Todos Pela Educação, onde se estipulam métricas mínimas para cada disciplina, de acordo com o ano escolar. Com base nos dados oficiais do INEP, na prova SAEB aplicada em 2019, os estudantes das escolas municipais de Fortaleza conseguiram atingir os resultados abaixo:

- 5º Ano 2019 – 19.760 alunos realizaram a prova SAEB:
 - Português – Apenas 12.895 alunos dos que realizaram a prova conseguiram obter desempenho adequado (65%).
 - Matemática – Apenas 9.692 alunos dos que realizaram a prova conseguiram obter desempenho adequado (49%).
- 9º Ano 2019 – 13.760 alunos realizaram a prova SAEB:
 - Português – Apenas 5.989 alunos dos que realizaram a prova conseguiram obter desempenho adequado (43%).
 - Matemática – Apenas 2.363 alunos dos que realizaram a prova conseguiram obter desempenho adequado (17%).

Com esses dados, conseguimos ter uma breve noção do quanto o desempenho escolar dos nossos alunos cai nesse pequeno intervalo do 5º ano ao 9º ano. Menos da metade dos alunos que estão no 9º ano conseguem ter um desempenho considerado adequado.

No Gráfico 6, podemos ter uma noção melhor da evolução do município. No Ideb 2015, Fortaleza superou a nota média do Brasil e desde então começou a ganhar ainda mais posição de destaque.

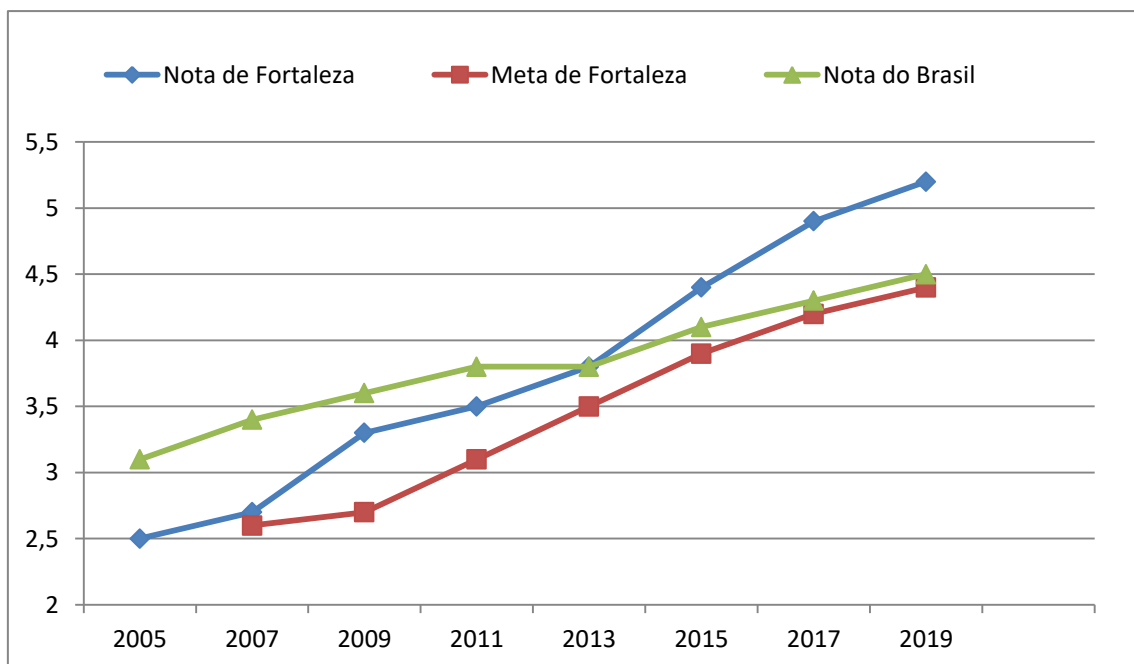
Gráfico 6: Nota e meta do Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de Fortaleza, nota média dos mesmos anos do Ceará e do Brasil.



Fonte: Ideb/INEP. Elaborado pelo autor.

Já no Gráfico 7, além das notas serem menores nos anos finais, podemos ver que o município de Fortaleza superou a nota média do Brasil No IDEB-2015. Com o passar dos anos, a diferença entre o município e a nota média do Brasil vem crescendo cada vez mais.

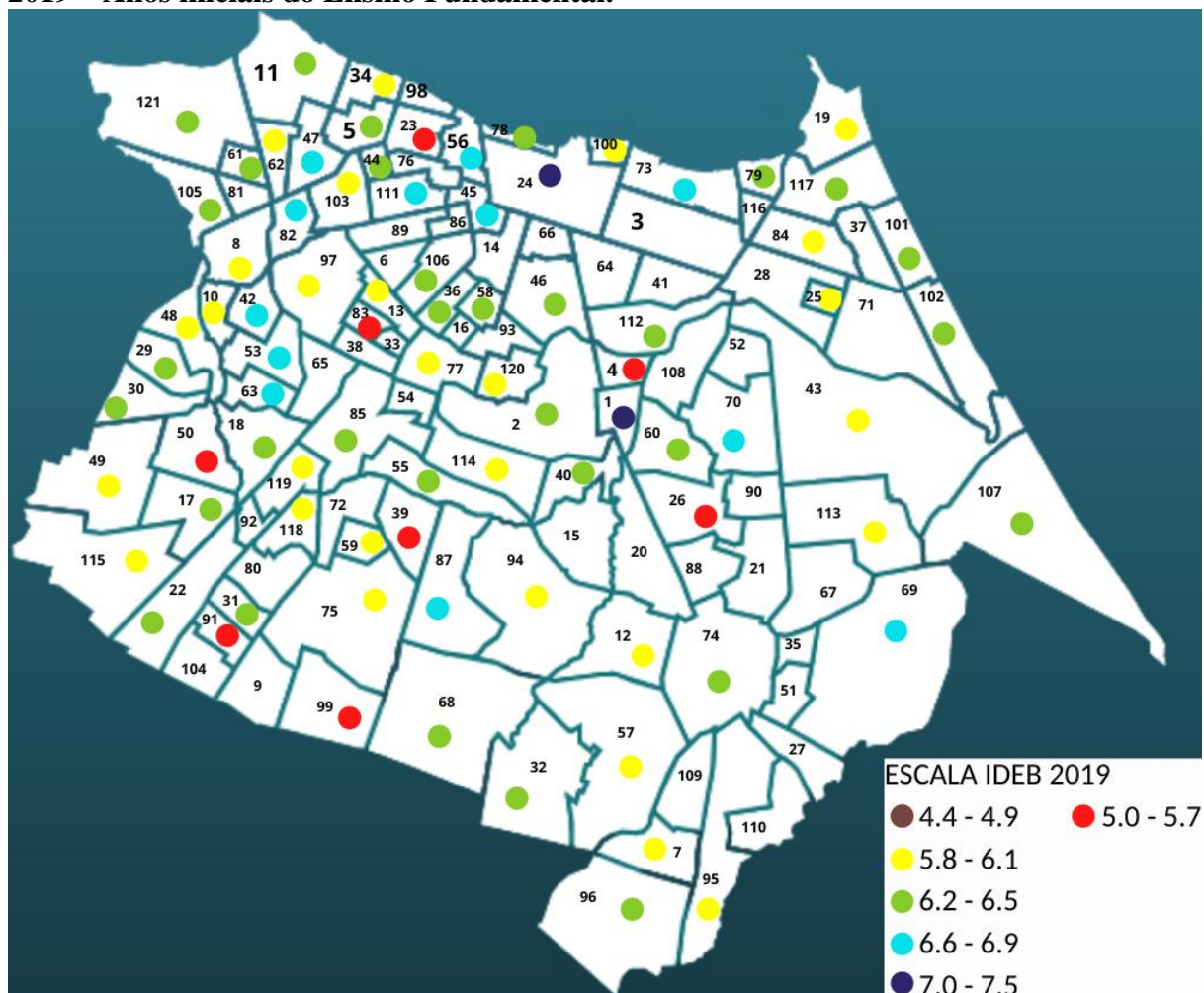
Gráfico 7: Nota e meta do Ideb dos anos finais do ensino fundamental da rede municipal de Fortaleza, nota média dos mesmos anos do Brasil.



Fonte: Ideb/INEP. Elaborado pelo autor.

Em seguida, é possível observar na divisão territorial de bairros de Fortaleza, a média das notas dos bairros em que tiveram escolas participando do IDEB 2019.

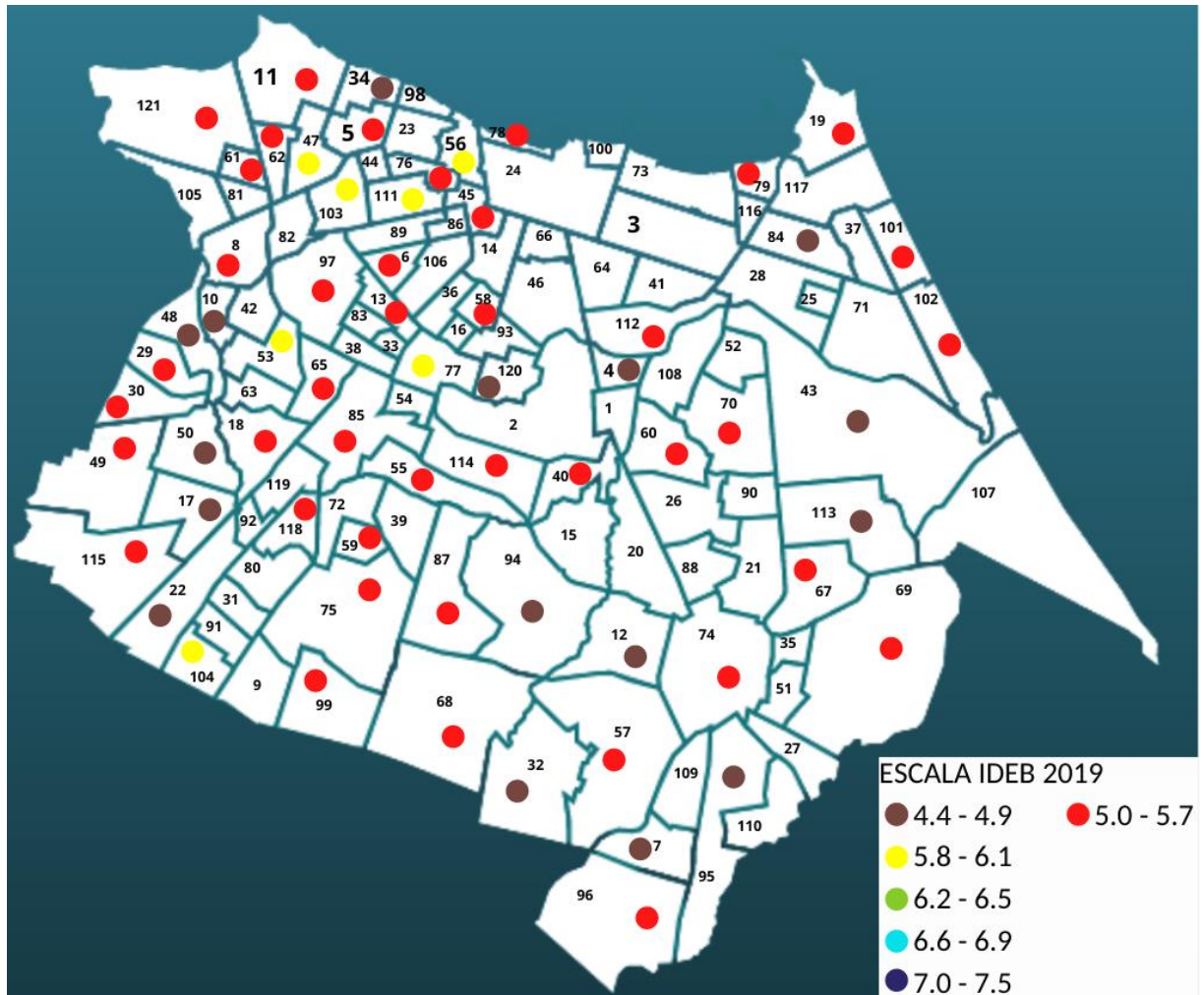
Figura 1: Nota média dos bairros, de Fortaleza, com escolas que participaram do IDEB 2019 – Anos iniciais do Ensino Fundamental.



Fonte: Ideb/INEP 2019. Elaborado pelo autor.

No apêndice I encontra-se a legenda dos nomes de cada bairro referente tanto à figura 1, quanto as figuras 2 e 3.

Figura 2: Nota média dos bairros, de Fortaleza, com escolas que participaram do IDEB 2019 – Anos finais do Ensino Fundamental.



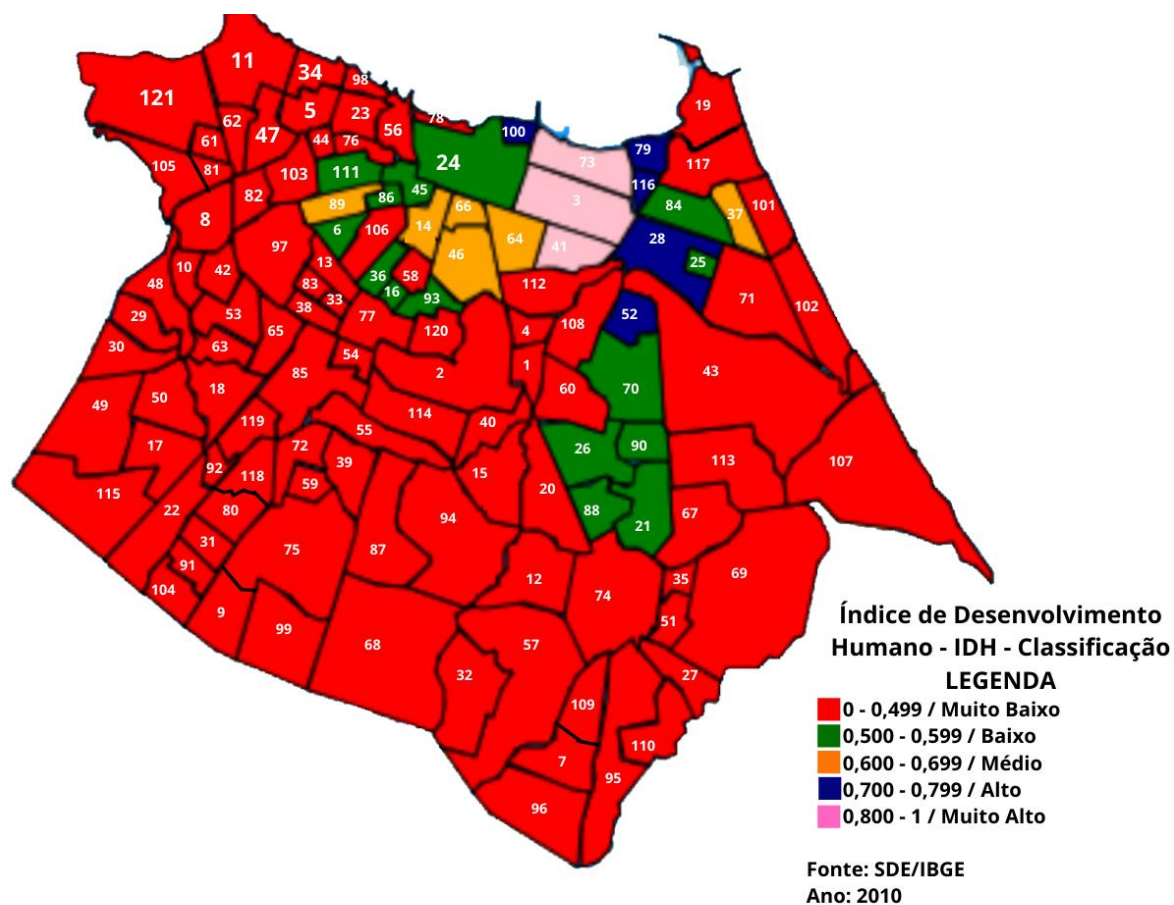
Fonte: Ideb/INEP 2019. Elaborado pelo autor.

Tanto na Figura 1 quanto na Figura 2, alguns bairros não possuem nota porque não tiveram nenhuma escola do seu território participando do IDEB-2019.

Na comparação das Figuras 1 e 2, é nítida a diferença de desempenho do IDEB 2019 entre os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental entre os bairros. Mas será que o IDH-B interfere no desempenho escolar dos alunos se comparado o mesmo ano escolar entre bairros diferentes? Ou a diferença de desempenho está ligada a outros fatores?

Para responder essa pergunta, montamos um mapa com a divisão territorial dos bairros de Fortaleza e sua respectiva pontuação no IDH. Em seguida, vamos analisar o coeficiente de correlação.

Figura 3: IDH dos bairros de Fortaleza



Abaixo, está um ranking com os 5 bairros com o IDH-B mais alto e sua respectiva nota do IDEB-2019 do Ensino Fundamental tanto dos anos iniciais quanto dos anos finais.

Tabela 1: Ranking dos 5 bairros com IDH-B mais alto e suas respectivas nota no IDEB-2019 – Anos Iniciais

Ensino Fundamental – Anos Iniciais		
Bairro	IDH-B	Média IDEB-2019
Meireles	0,953	6,8
Mucuripe	0,793	6,2
Praia de Iracema	0,720	6,1
Fátima	0,695	6,4
São Gerardo	0,594	6,9

Fonte: Ideb/INEP e Prefeitura de Fortaleza. Elaborado pelo autor.

Na tabela 2 tem a comparação com os bairros que possuem o IDH-B mais baixos de Fortaleza. O objetivo é encontrar se há relação entre o IDH-B e a média do desempenho do IDEB.

Tabela 2: Ranking dos 5 bairros com IDH-B mais baixo e suas respectivas nota no IDEB-2019 – Anos Iniciais

Ensino Fundamental – Anos Iniciais		
Bairro	IDH-B	Média IDEB-2019
Conjunto Palmeiras	0,119	6,3
Canindezinho	0,136	6,12
Genibaú	0,139	6,05
Siqueira	0,149	6,04
Planalto Ayrton Senna	0,168	5,61

Fonte: Ideb/INEP e Prefeitura de Fortaleza. Elaborado pelo autor.

Analisando as duas tabelas acima, podemos ver que mesmo o bairro Conjunto Palmeiras possuindo o pior IDH-B de Fortaleza, ele ainda consegue manter uma média adequada no IDEB-2019, em relação aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nessa fase, a criança com média de 10 anos de idade dos bairros com IDH-B mais baixos geralmente ainda está focada na escola e ainda não está inserida no mercado de trabalho informal ou formal.

Na tabela 3 em seguida às notas dos anos finais do Ensino Fundamental tanto dos cinco bairros que possuem o IDH-B mais alto quanto dos bairros que possuem o IDH-B mais baixos.

Tabela 3: Ranking dos 5 bairros com IDH-B mais alto e suas respectivas nota no IDEB-2019 – Anos Finais

Ensino Fundamental – Anos Finais		
Bairro	IDH-B	Média IDEB-2019
Mucuripe	0,793	5,6
São Gerardo	0,594	6,1
Amadeu Furtado	0,588	5,5
Papicu	0,530	4,6
Luciano Cavalcante	0,522	5,2

Fonte: Ideb/INEP e Prefeitura de Fortaleza. Elaborado pelo autor.

Apesar de São Gerardo nos anos finais do Ensino Fundamental ter atingido a nota meta de 6, ainda assim o desempenho escolar cai muito em relação aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Se comparado com o desempenho escolar dos alunos de escolas particulares, é possível ver que a desigualdade social é ainda mais evidente.

Tabela 4: Ranking dos 5 bairros com IDH-B mais baixo e suas respectivas nota no IDEB-2019 – Anos Finais

Ensino Fundamental – Anos Finais		
Bairro	IDH-B	Média IDEB-2019
Conjunto Palmeiras	0,119	4,8
Parque Presidente Vargas	0,135	6,1
Canindezinho	0,136	4,65
Genibaú	0,139	4,8
Siqueira	0,149	5,12

Fonte: Ideb/INEP e Prefeitura de Fortaleza. Elaborado pelo autor.

Se comparar a Tabela 3 com a Tabela 4, é possível ver que a região onde a escola está inserida acaba afetando o desempenho escolar, esse fato pode ter fatores que contribuem para a queda do desempenho escolar, como crianças entrando no mercado de trabalho informal, abandono escolar, intrigas familiares, etc. Com exceção do bairro Parque Presidente Vargas, podemos ver que os outros quatro bairros que possuem os IDH-B mais baixos de Fortaleza possuem uma nota média no IDEB-2019 muito abaixo.

Em busca de responder a pergunta central da pesquisa: Os alunos do ensino fundamental de bairros mais carentes possuem notas do Ideb menores do que os alunos de bairros mais desenvolvidos devido a fatores socioeconômicos?

5. CONCLUSÕES

Esta pesquisa procurou analisar como a educação pode impactar na desigualdade social de Fortaleza, avaliando por meio dos dados tanto do Ideb-2019 e do IDH-B dos territórios da cidade a importância para uma educação pública municipal de qualidade. A educação é um dos pilares de maior importância do capital humano e tem impacto direto e indireto no crescimento e desenvolvimento econômico de um município.

Durante todo o trabalho procurou-se mostrar a importância de uma boa educação fundamental e como a desigualdade social tem impacto direto no desempenho escolar dos alunos. Foram observados todos os 121 bairros fortalezenses, que acabaram sendo dividido em nível de desempenho escolar e sua pontuação de IDH. Com isso, é possível observar que apesar de termos escolas com um alto desempenho no Ideb-2019 e estarem localizadas em bairros com um IDH-B muito abaixo da média, ainda assim, podemos olhar nos Gráficos 8 e 9 que a medida que o IDH-B aumenta, a escola situada nesse bairro tende a ter um desempenho mais elevado no Ideb-2019. Mesmo com o baixo índice de correlação, o que acaba nos mostrando que outras variáveis não apresentadas acabam tendo grande significância no quesito desempenho escolar dos alunos do Ensino Fundamental, podemos ver que melhorar o nível socioeconômico da população acaba trazendo impacto direto para o desempenho dos estudantes. Na medida em que mais alunos conseguem ter um desempenho escolar mais elevado, eles acabam possuindo mais relevância para o desenvolvimento da região.

Os resultados encontrados mostram como a desigualdade social ainda é bastante presente entre os estudantes, além da grande variação entre desempenho escolar. Assim, concluímos que os objetivos da pesquisa foram encontrados. Porém, ainda há muito mais para se analisar, é preciso compreender as raízes que levam a variação do desempenho escolar, tanto entre escolas quanto entre alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco; XAVIER, Flavia Pereira: **Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2003**. Revista Brasileira de Sociologia, vol. 04, nº 07, jan.2016.

ANDERE, M. A.; ARAÚJO, A. M. P. **Aspectos da formação do professor de ensino superior de Ciências Contábeis: uma análise dos programas de pós-graduação**. Revista Contabilidade e Finanças, v. 19, n. 48, p. 91-102, 2008.

ANUÁRIO DO CEARÁ. **Ex-Prefeitos de Fortaleza**. Disponível em: <<https://www.anuariodoceara.com.br/ex-prefeitos/>>. Acesso em: 27 dez. 2021.

BARBOSA, Vanecilda de Sousa; LEMOS, José de Jesus Sousa. **Diferencial de capital humano induzem desigualdades de produtividade do trabalho entre os estados brasileiros**. Revista: Desenvolvimento em Debate, v.7, n.2, p.11-27. 2019.

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda; PESSOA, Samuel. **Educação, Crescimento e Distribuição de Renda: A experiência brasileira em perspectiva histórica**. In: VELOSO, FERNANDO, et. al (org). Educação Básica no Brasil: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.

BECKER, Gary; **Human Capital**; Chicago: The University of Chicago Press; 1964.

COLEMAN, J. S. **Desempenho nas escolas públicas**. In: SOARES, J. F.; BROOKE, N. (Org.) Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias. Trad: Cleusa Aguiar Crooke e Rômulo Monte-Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 26–32

CORRÊA, Angela M.C.Jorge; CASTRO, José Marcelo de. **Brasil: cinco séculos de riqueza, desigualdade e pobreza**. Revista Impulso, nº 27, p. 189-212, jan.2000.

DA SILVA JUNIOR, Luiz Honorato; SAMPAIO, Yony. **Notas Sobre Pobreza e Educação no Brasil. Prob. Des**, Cidade do México, v. 41, n. 163, p. 75-97, dic. 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes: **A institucionalização do sistema nacional de educação e o plano nacional de educação: proposições e disputas**. Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 143, p.477-498, abr.-jun. 2018.

FERNANDES, Reynaldo; GREMAUD, Amaury Patrick. **Qualidade da Educação: Avaliação, Indicadores e Metas**. In: VELOSO, FERNANDO, et. al (org). *Educação Básica no Brasil: construindo o país do futuro*. Rio de Janeiro: Elsevier. 2009.

FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. **Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002.

FILHO, Naercio A. Menezes; OLIVEIRA, Alison Pablo de: **A Contribuição da Educação para a Queda na Desigualdade de Renda per Capita no Brasil**. Policy Paper, nº 9, jan. 2014.

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro da, **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

FORTALEZA EM BAIROS. Disponível em: <<https://mapas.fortaleza.ce.gov.br/fortaleza-em-bairros/>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

HECKMAN, James J. **Skill Formation And The Economics of Investing in Disadvantaged Children**. Science, Vol. 312, jun. 2006.

INEP. **IDEB – Resultados e Metas**. Disponível em: <<https://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

JANNUZZI, P. e REZENDE, L. **Monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Educação: proposta de aprimoramento do IDEB e do painel de indicadores**.

Revista do Serviço Público. Brasília, p. 121-150, abr-jun, 2008. Acesso em: 09 dez. 2021

MACHADO, Lucília. **Educação Básica, Empregabilidade e Competência. Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, nº 3, jan/jul de 1998. Acesso em: 10 dez. 2021.

MINCER, Jacob. **Human capital and economic growth**. Working Paper nº 803, National Bureau of Economic Research. Cambridge: Universidade de Cambridge, nov. 1981.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

NASPOLINI, Antenor. **A reforma da educação básica no Ceará**. Estudos Avançados [online]. 2001, v. 15, n. 42 [Acessado 9 Dezembro 2021] , pp. 169-186.

PAZ, Fábio Mariano; RAPHAEL, Hélia Sônia. **O IDEB e a qualidade da educação no ensino fundamental: fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas**. *OMNIA Humanas*, v.3, nº1, p 7-30. 2010.

PONTILI, Rosangela Maria; LIMA, Jandir Ferrera. **Escolaridade da população brasileira e causação circular cumulativa**. Anais do IV SINGEP – São Paulo – Brasil. Nov. 2015.

QEDU. Dados do **IDEB-2019**. Disponível em: <<https://qedu.org.br/cidade/4885-fortaleza/ideb>>. Acesso em: 09 dez. 2021.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes LTDA, 13ª Ed.1991.

SCHUTZ, T. W. **O capital humano: Investimentos em educação e pesquisa**. Zahar, Rio de Janeiro, 1973.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHIRASU, Maitê Rimekká; IRFFI, Guilherme Diniz; PETTERINI, Francis Carlo: **Melhorando a qualidade da educação por meio do incentivo orçamentário aos prefeitos: o caso da Lei do ICMS no Ceará**. Universidade Federal do Ceará - CAEN, 2013.

SILVA, João Euler de Melo: **Avaliação do orçamento participativo para o desenvolvimento do município de Fortaleza no âmbito da educação**. 2014. 75 f. TCC (graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza/CE, 2014.

SIMÕES, Emília Danielle França. **As dificuldades de aprendizagem e a vulnerabilidade social**. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 1, p. 3037-3046 jan. 2020.

SME – Fortaleza. **Rede de Ensino Fundamental**. Disponível em: <<https://educacao.sme.fortaleza.ce.gov.br/index.php/rede-de-ensino/ensino-fundamental>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

SOPELSA, Ortelina. **Dificuldades de Aprendizagem: respostas em um atelier pedagógico**. 2ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

SOUSA, Uelitania Dantas de. et al. **Gastos públicos com educação e meta do IDEB no ensino fundamental: uma análise dos municípios do sertão de Pernambuco**. Curitiba: Revista Brazilian Journal of Development, 2018.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

APÊNDICE I: NOME DOS BAIRROS COM O SEU NÚMERAL DE IDENTIFICAÇÃO

1 - Aerolandia	30 - Conj. Ceará II	60 - Jardim das Oliveiras
2 - Aeroporto	31 - Conj. Esperança	61 - Jardim Guanabara
3 - Aldeota	32 - Conj. Palmeiras	62 - Jardim Iracema
4 - Alto da Balança	33 - Couto Fernandes	63 - João XXIII
5 - Alvaro Weyne	34 - Cristo Redentor	64 - Joaquim Távora
6 - Amadeu Furtado	35 - Curió	65 - Jóquei Clube
7 - Ancuri	36 - Damas	66 - José Bonifácio
8 - Antonio Bezerra	37 - De Lourdes	67 - José de Alencar
9 - Aracapé	38 - Democrito Rocha	68 - José Walter
10 - Autran Nunes	39 - Dendê	69 - Lagoa Redonda
11 - Barra do Ceará	40 - Dias Macedo	70 - Luciano Cavalcante
12 - Barroso	41 - Dionisio Torres	71 - Manuel Dias Branco
13 - Bela Vista	42 - Dom Lustosa	72 - Maraponga
14 - Benfica	43 - Edson Queiroz	73 - Meireles
15 - Boa Vista	44 - Ellery	74 - Messejana
16 - Bom Futuro	45 - Farias Brito	75 - Mondubim
17 - Bom Jardim	46 - Fátima	76 - Monte Castelo
18 - Bonsucesso	47 - Floresta	77 - Montese
19 - Cais do Porto	48 - Genibaú	78 - Moura Brasil
20 - Cajazeiras	49 - Granja Lisboa	79 - Mucuripe
21 - Cambeba	50 - Granja Portugal	80 - Novo Mondubim
22 - Canindezinho	51 - Guajerú	81 - Olavo Oliveira
23 - Carlito Pamplona	52 - Guararapes	82 - Padre Andrade
24 - Centro	53 - Henrique Jorge	83 - Panamericano
25 - Cidade 2000	54 - Itaoca	84 - Papicu
26 - Cidade dos Funcionários	55 - Itaperi	85 - Parangaba
27 - Coaçu	56 - Jacarecanga	86 - Parque Araxá
28 - Cocó	57 - Jangurussu	87 - Parque Dois Irmãos
29 - Conj. Ceará I	58 - Jardim América	
	59 - Jardim Cearense	

88 - Parque Iracema	100 - Praia de Iracema	112 - São João do
89 - Parquelândia	101 - Praia do Futuro I	Tauape
90 - Parque Manibura	102 - Praia do Futuro II	113 - Sapiranga
91 - Parque Santa Rosa	103 - Pres. Kennedy	114 - Serrinha
92 - Parque São José	104 - Pres. Vargas	115 - Siqueira
93 - Parreão	105 - Quintino Cunha	116 - Varjota
94 Passaré	106 - Rodolfo Teófilo	117 - Vicente Pizon
95 Paupina	107 - Sabiaguaba	118 - Vila Manuel
96 - Pedras	108 - Salinas	Sátiro
97 - Pici	109 - Santa Maria	119 - Vila Peri
98 - Pirambu	110 - São Bento	120 - Vila União
99 - Planalto Ayrton	111 - São Gerardo	121 - Vila Velha
Senna		